

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.059 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2000

Na mesma reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, os senadores aprovaram emenda transferindo para a Anatel a gestão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações



## Visitas ao Rio e ES apuram poluição ambiental

Para apurar a poluição ambiental no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, uma subcomissão de senadores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura definiu um roteiro de visitas aos estados, quando ouvirá todos os órgãos envolvidos.

PÁGINA 4

## PROJETO QUE PERMITE CRIAÇÃO DAS TVs COMUNITÁRIAS PASSA POR COMISSÃO

PÁGINA 4

**Para ACM, mínimo de R\$ 151 foi a solução possível**

PÁGINA 2

# Senado aprova empréstimo para recuperar favelas do Rio

Autorização dada pelo Plenário permitirá à prefeitura contratar financiamento de US\$ 180 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Projeto beneficiará 550 mil habitantes

## Senadores cobram verbas para combater a pobreza

PÁGINA 6

Marina Silva e Maguito Vilela, membros da Comissão para o Combate à Pobreza, encontraram-se ontem com o presidente Fernando Henrique



O Plenário autorizou ontem a prefeitura do Rio de Janeiro a contratar financiamento externo de US\$ 180 milhões para urbanizar as favelas cariocas.

Com os recursos, que virão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), será implementada a segunda etapa do chamado Projeto Favela-Bairro, que pretende promover a cidadania da população favelada. Estima-se que os serviços sociais e as obras de infra-estrutura a serem implantados beneficiarão diretamente cerca de 550 mil moradores do Rio.

PÁGINA 3

# Antonio Carlos considera novo salário mínimo "a solução possível"

Presidente do Senado afirma que a partir de agora o reajuste do piso terá prioridade sobre os demais aumentos salariais

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve que vencer várias resistências, inclusive dentro de seu próprio governo, para chegar à decisão de fixar em R\$ 151,00 o novo valor do salário mínimo, além de delegar aos estados a possibilidade de criação de pisos mais elevados.

"Se a solução não é ótima, é a possível", afirmou. Antonio Carlos não descartou a possibilidade de a proposta ser modificada, caso surja uma alternativa melhor. O senador antecipou, pela manhã, que a partir de agora o reajuste do salário mínimo terá prioridade sobre os demais aumentos salariais.

Na avaliação de Antonio Carlos Magalhães, a permissão de cada estado de ampliar o valor do salário mínimo de acordo com suas possibilidades não aumentará as desigualdades regionais. Ao contrário, ele acredita que a medida tem como objetivo corrigir os salários para diminuir as desigualdades.

## Senadores serão consultados sobre valor do teto salarial

Ao comentar discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou que fará uma consulta a cada senador sobre o valor a ser fixado para o teto salarial dos três Poderes. Ele deseja obter uma opinião de consenso que represente a posição do Senado sobre o assunto.

— Eu penso diferente do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, que é de opinião que o teto deva ser unificado, mas não decidirei sobre isso sozinho, vamos buscar uma posição geral — afirmou.

Simon, que abordou a questão do



ACM quer apressar votação de limite para MPs na Câmara

teto no contexto da discussão sobre o novo salário mínimo, disse concordar com o presidente do Senado sobre a possibilidade de fixação de tetos salariais diferenciados para o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

O senador gaúcho criticou a decisão do governo de enviar medida provisória ao Congresso com o novo valor do salário mínimo. O assunto, informou, foi motivo de reunião do presidente da República com ministros e líderes políticos, no Palácio do Planalto.

— Eu acho a idéia da reunião muito boa, mas não concordo com o recurso da MP para decidir o assunto. Isso des-

merece o trabalho da comissão mista do Congresso que debate a matéria — disse Simon, solicitando ao presidente do Senado que sugerisse a Fernando Henrique Cardoso não editar MP.

Ele lembrou que Antonio Carlos foi dos primeiros a propor prioridade para o debate sobre o novo mínimo. "Destavez, o Congresso não foi omissivo, conseguiu antecipar-se no estudo da matéria, por isso não se justifica que o Executivo o atropelasse", afirmou Simon.

### PEC DAS MPs

Simon aproveitou para pedir ao presidente do Senado que cobre da Câmara a aprovação da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Antonio Carlos informou que já manteve entendimentos com a Câmara e o Executivo no sentido de apressar a votação.

— Se assim não for feito, já alertei que irei proceder à promulgação da PEC na parte aprovada pelo Senado e acordada com a Câmara — disse o presidente do Senado.



Parlamentares acompanharam índios na audiência com ACM

## Índios de Roraima fazem apelo a ACM

Acompanhada do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e de vários deputados da bancada do estado, uma comissão representativa de comunidades indígenas de Roraima pediu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoio para a defesa de propostas relativas à demarcação de suas terras. Os representantes dos índios querem sensibilizar o governo federal para que leve em conta as sugestões feitas pelas comunida-

des da região.

Mozarildo lamentou, em especial, a posição da Fundação Nacional do Índio (Funai), que, segundo ele, estaria desenvolvendo os trabalhos de demarcação ouvindo apenas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e lideranças que representam menos de 30% das etnias indígenas do estado. O senador por Roraima disse que Antonio Carlos vai apoiar as gestões para abrir canais de diálogo junto ao governo e negociar essas questões.



Elisabeth Costa e Heloísa Sampaio com Antonio Carlos

## Fenaj convida senador para congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem representantes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Elisabeth Villela da Costa e Heloísa Sampaio, respectivamente presidente e vice da Fenaj, convidaram o senador para presidir a abertura do 29º Congresso Nacional dos Jornalistas, que será realizado em Salvador (BA), no período de 6 a 9 de setembro.

De acordo com Elisabeth, Antonio Carlos aceitou o convite. As jornalistas aproveitaram a oportunidade para fazer um apelo ao presidente do Congresso, no sentido de que o Legislativo instale o Conselho Consultivo de Comunicação Social, já criado por legislação.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2000

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

Segunda-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
*Hora do Expediente.* Destinada a comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freyre  
Pauta: PR nº 22/2000, que autoriza o município do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até US\$ 180 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (Favela-Bairro); PDL nº 55/95, que renova permissão à Rádio Emissora Fandango para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Cachoeira do Sul (RS); PLS nº 679/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil); PLS nº 671/99-Complementar (votação nominal), que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências); e Parecer nº 229/2000 (votação secreta), que submete a indicação de Teresa Cristina Gossi Togni para exercer o cargo de diretora do Banco Central do Brasil.

Quarta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PEC nº 90/99 (votação nominal), que altera o artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PDL nº 249/99, que renova a outorga à Rádio Taquara para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Taquara (RS); PLS nº 680/99, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada; e Mensagem nº 85/2000 (votação secreta), que submete a indicação de Luiz Augusto de Castro Neves para exercer a função de embaixador do Brasil no Paraguai.

Quinta-feira  
10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDLs nºs 254/99, que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Soledade (RS), e 260/99, que outorga permissão ao Sistema Syria Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Tucunduva (RS); e PLS nº 682/99, altera o art. 60 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações.

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### ESPECIAL

Terça-feira e quarta-feira  
9h às 18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza o seminário "Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento", em comemoração ao Dia Mundial da Água. *Auditório Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário autoriza empréstimo para urbanizar assentamentos no Rio

Banco Interamericano de Desenvolvimento destinará US\$ 180 milhões ao projeto. Conhecido como Favela-Bairro, seu objetivo é fazer melhoramentos em bairros pobres da capital fluminense

O Plenário do Senado autorizou ontem a prefeitura do Rio de Janeiro a contrair empréstimo de até US\$ 180 milhões (cerca de R\$ 311 milhões) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro será utilizado para financiar parcialmente o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares, também conhecido como Favela-Bairro.

A matéria, aprovada no dia anterior pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi incluída na pauta durante a Ordem do Dia. O parecer da

comissão, favorável, foi do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Conforme a mensagem enviada ao Senado, o projeto "estabelecerá a integração das favelas e dos loteamentos aos respectivos bairros vizinhos, dotando-os de infra-estrutura básica e serviços sociais, de modo a promover o processo de cidadania e respeito aos direitos humanos das populações que habitam essas áreas".

A prefeitura estima que 550 mil moradores cariocas serão beneficiados diretamente pelo programa.

Todos os quatro itens constantes da pauta original de ontem, relativos à renovação de permissões e concessões de rádios, foram aprovados em votação simbólica, com abstenção dos senadores do PT. Foi renovada a concessão da Rádio Emissora Botucará, para funcionar em frequência modulada (FM) em Cachoeira do Sul (RS). O parecer favorável da Comissão de Educação (CE) foi do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Também foi renovada a permissão para que a Sociedade Rádio Ternura explore o serviço de rádio em FM em

Ibitinga (SP), com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na CE. Outra concessão renovada foi da Sociedade Rádio Imbiara de Araxá, que funciona em onda média (AM) em Araxá (MG). O parecer aprovado pela CE foi relatado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Ele também foi o autor do parecer favorável aprovado pela CE para a renovação da permissão para a Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação explorar o serviço de radiodifusão sonora em FM na cidade de Palmas (TO).

## Comissão especial dos fundos constitucionais decide aguardar proposta do Ministério da Integração Nacional



Jonas Pinheiro explicou que o ministério trabalha em uma proposta "mais abrangente"

Por solicitação do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, a comissão mista especial destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste aceitou adiar a apresentação do parecer do relator, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), que estava marcada para ontem. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente da comissão, marcou outra reunião para o próximo dia 5 de abril.

Segundo Jonas Pinheiro, a apresentação do relatório foi adiada porque o Ministério da Integração Nacional ficou de encaminhar até o dia 3 uma proposta para complementar a da comissão mis-

ta, incluindo os setores da indústria e do turismo, já que os fundos constitucionais também os financia.

—O grupo técnico que formamos para nos assessorar na elaboração da nossa proposta deu maior ênfase aos projetos ligados à agricultura. Agora, o ministério nos pede que esperemos um pouco mais para fazermos um texto consolidado e mais abrangente — esclareceu o senador.

O problema, segundo Pinheiro, é que o prazo para a MP tramitar na comissão expira na quarta-feira. "A partir daí, qualquer desempenho que essa comissão tiver será extra-oficial", disse Jonas Pinheiro.

O senador, no entanto, assinalou que há uma posição informal da Mesa, admitindo que, mesmo quando as atividades da comissão mista prosseguirem depois de esgotado o seu prazo regimental, existe a possibilidade de esse parecer consolidado ser votado pelo Plenário.

Jonas Pinheiro terá um encontro com o ministro Fernando Bezerra na véspera da próxima reunião da comissão. Ele lembrou que há uma sessão do Congresso marcada para essa data. "Vamos nos empenhar para que o nosso projeto consolidado entre na Ordem do Dia dessa reunião." O prazo para a MP ser votada no Congresso acaba no dia 11 de abril.

## Direção do Basa é ouvida sobre uso de recursos na região Norte

A presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares, e o diretor de Crédito da instituição, José Benevenuto Ferreira Virgulino, deverão comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos dos fundos constitucionais na região Norte. O requerimento para a audiência, de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), foi aprovado no último dia 15, e a data da reunião ainda será marcada pelo presidente da comissão, Romero Jucá (PSDB-RR).

Amorim explica que a legislação que regula o funcionamento dos fundos constitucionais está sendo revista, e há estudos encomendados pela área econômica do governo sobre a atuação dos bancos oficiais para aplicação desses recursos. De acordo com o senador, estão sendo verificadas "constantes queixas sobre a distribuição dos recursos entre os estados e os critérios de aplicação".

Ao falar sobre o assunto em discurso, Amorim disse que as taxas pagas aos

bancos federais pelos fundos e o uso dos recursos dos fundos em aplicações financeiras merecem um estudo mais apurado por parte do Senado.

— A título de taxa de administração, a legislação prevê o pagamento de 3% do patrimônio líquido dos fundos, que em dezembro do ano passado somava R\$ 15 bilhões. Ou seja, os bancos do Nordeste, da Amazônia e do Brasil embolsaram R\$ 450 milhões desses fundos — afirmou.

Nos últimos dez anos, acrescentou Ernandes Amorim, do total de R\$ 16,6 bilhões remetidos aos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, R\$ 1,4 bilhão ficou com o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

— Esse dinheiro deixou de ser investido na atividade produtiva para ser consumido na administração desses bancos. Quer dizer: ao invés de aplicar na atividade produtiva, os bancos gestores dos fundos, para terem mais lucro, preferem aplicar no mercado financeiro, mais lucrativo para eles — criticou.



Parlamentares, representantes do comércio e membros do governo australiano fazem parte da delegação

## Delegação da Austrália faz visita ao Plenário do Senado

Uma delegação integrada por parlamentares, membros do governo e representantes do comércio da Austrália esteve ontem no Plenário do Senado. Presidindo a sessão no momento, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez o registro e deu as boas vindas em nome do Senado. Os australianos entraram no Plenário acompanhados pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e por vários deputados federais. Entre os integrantes da delegação estavam os senadores Alan Ferguson e Kerry O'Brien e o embaixador Garry Conroy.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) interrompeu o pronunciamento que fazia para destacar que a Austrália tem muitas semelhanças com o Brasil, como o fato de ser um país de vocação agropecuária. "Essa delegação chega em um momento em que discutimos alternativas de crescimento para oferecer ao povo brasileiro a mesma qualidade de vida que hoje o povo australiano tem", completou.

## Suassuna e Agripino vão a reunião do Banco Mundial

A convite do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Agripino Maia (PFL-RN) embarcam hoje para Nova Orleans, nos Estados Unidos, onde participarão de reunião da diretoria do Banco Mundial (BIRD).

Presidentes, respectivamente, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça, os dois senadores acompanharão a formalização de empréstimo de US\$ 180 milhões para a prefeitura do Rio de Janeiro. Os recursos são destinados à segunda etapa do projeto Favela-Bairro.

## Ambientalistas debatem mudanças no Código Florestal

Prossigue hoje, em Cuiabá (MT), a série de cinco audiências públicas destinadas ao debate da Medida Provisória nº 1.956-47, que altera o Código Florestal. O principal tema em discussão é a extensão das áreas de mata e floresta que podem ser exploradas pelos fazendeiros. A MP estabeleceu o limite de 20% para a exploração dessas áreas, mas o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da comissão mista que examina a medida, sugere que o percentual seja determinado caso a caso no zoneamento ecológico e econômico a cargo de cada estado.

— O zoneamento é que definirá as aptidões do solo, a biodiversidade e a vocação econômica de cada região, permitindo a utilização das áreas de mata e floresta com proteção ao meio ambiente — explicou o senador.

Organizadas pelo Ministério da Agricultura, as audiências consistem na leitura do parecer do relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), e no debate com representantes dos órgãos federais e estaduais ligados ao meio ambiente, além de parlamentares, produtores rurais e ambientalistas.

Na reunião de hoje, os setores de defesa da ecologia estarão representados ainda pelo representante da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Luciano Pizzato (PFL-PR). Jonas Pinheiro informou que será apresentada na audiência a proposta de alteração da MP elaborada pela Comissão Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Já foram realizadas audiências públicas em Palmas (TO) e Florianópolis (SC). Depois de Cuiabá, o debate se realizará em Belém (PA). Para a quinta audiência, não há local marcado.

# Senadores vão ao Rio e ao ES apurar poluição ambiental

Subcomissão vai avaliar estragos provocados por derramamento de óleo na baía de Guanabara e a deterioração da qualidade de vida em Vitória

A subcomissão encarregada de apurar a poluição ambiental no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, que faz parte da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, já definiu o seu roteiro de visitas. Ele começa com uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio, em 3 de abril. Na reunião, estarão presentes os secretários estadual e municipal de Meio Ambiente, o presidente da CPI da Assembléia que investiga o desastre ambiental causado por derramamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara e representantes do Ministério Público. Os senadores também terão audiência com diretores da Petrobras e visitarão a Reduc.

Em Vitória (ES), a subcomissão se reunirá na Assembléia Legislativa com os

secretários estaduais de Meio Ambiente e de Saúde e representantes de associações de moradores de áreas atingidas pela poluição. Visitarão ainda as indústrias poluidoras, devendo retornar a Brasília em 6 de abril.

A subcomissão foi proposta pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) para apurar *in loco* as conseqüências do desastre na baía de Guanabara e verificar as providências tomadas para minimizar os prejuízos. A subcomissão tem cin-



Os senadores querem saber o que foi feito para reparar os prejuízos causados à baía de Guanabara

co membros titulares: Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG), Geraldo Cândido (PT-RJ) e o próprio Lessa.

## Aprovado projeto que cria televisão comunitária

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou por unanimidade parecer da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) favorável a projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que amplia o serviço de radiodifusão comunitária, permitindo a criação de emissoras de televisão comunitárias. A proposta altera a lei que regulamentou a existência de rádios comunitárias e limita as transmissões de TV por esse sistema a uma potência máxima de 250 watts.

— Ao preceituar que o serviço de radiodifusão comunitária possa ser executado na modalidade televisão, o projeto de lei reconhece a importância desse veículo para democratizar a comunicação. O telespectador poderá se transformar de agente passivo em público participante e interativo de uma programa-

ção produzida em atendimento a seus interesses — afirmou Emilia.

Pela proposta, podem ser criadas emissoras de TV comunitária nas frequências VHF e UHF. O projeto cria uma regra de transição para regularizar as emissoras de rádio ou televisão comunitárias existentes, ao propor que seja dada

uma outorga precária de dois anos às entidades que já exploravam o serviço anteriormente à lei. Segundo a relatora, tais emissoras vêm sofrendo ameaças ao seu funcionamento e sendo fechadas com uso de força policial. A proposta segue para a Comissão de Educação, que a analisa em caráter terminativo.

## CI e Aneel realizam seminário

“Águas 2000: Qualidade de Vida e Desenvolvimento” é o nome do seminário que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizará nos próximos dias 28 e 29, no Auditório Petrônio Portella, para debater a gestão dos recursos hídricos no país. No evento, especialistas no assunto realizarão mesas-redondas sobre temas como saneamento, enchen-

tes, secas, legislação, agricultura, indústria, energia e transportes.

Os interessados em participar do seminário podem se inscrever na CI ou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Maiores informações também podem ser obtidas pelo telefone (61) 312.5854 ou pelo endereço eletrônico [master.sih@aneel.gov.br](mailto:master.sih@aneel.gov.br).

## Anatel deve gerir o novo fundo de telecomunicações

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), destinado a garantir o atendimento de populações de municípios menos populosos, deverá ser gerido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que acolheu emenda nesse sentido apresentada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). O projeto será agora apreciado em Plenário.

O texto aprovado pela Câmara previa que a gestão do fundo seria feita pelo Ministério das Comunicações. A mudança foi adotada após acordo entre o relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), e o autor da emenda, Romero Jucá. O substitutivo apresentado por Saturnino incorporou as modificações sugeridas pelo senador.



O senador Romero Jucá sugeriu que a Anatel administre o Fust

O parecer original de Saturnino não modificava o texto da Câmara para apressar a entrada em vigor da lei e o recolhimento dos recursos do Fust. Porém, os senadores da CI concluíram que o fundo não poderá receber recursos em 2000, já que o recolhimento deverá obedecer ao princípio da anualidade. Dessa forma, optaram por aperfeiçoar o projeto, que deve voltar à análise dos deputados. Jucá informou que o governo irá pedir urgência ao projeto na Câmara, para que o Fust comece a gerar recursos já no primeiro dia de 2001.

As mudanças sugeridas por Jucá também criam novas regras para o sistema de recolhimento dos recursos, que, segundo ele, apresentavam “graves problemas”. As instituições de saúde também foram contempladas no texto proposto por Saturnino, juntando-se aos estabelecimentos de ensino e bibliotecas

entre os beneficiários pela implantação de serviços de teleconferência.

O QUE É O FUST

O projeto de criação do Fust já obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A proposta regulamenta a Lei Geral das Telecomunicações, de 1997, para cumprir a obrigação de universalização das telecomunicações em regiões

do país que não apresentam condições para exploração comercial dos serviços. O fundo é composto por 1% sobre a receita operacional bruta das operadoras de serviços de telecomunicações.

Seus recursos destinam-se a atender as localidades com menos de 100 habitantes, complementando os níveis de atendimento estabelecidos no Plano Geral de Metas de Universalização das Telecomunicações. O dinheiro também pode ser usado para reduzir as contas de telecomunicações de escolas e privilegiar o atendimento a deficientes. As áreas abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) devem ficar, conforme a proposta, com 30% dos recursos do fundo.

Segundo o parecer do senador Lúcio Alcântara na CAE, o fundo poderia ter arrecadado R\$ 760 milhões em 2000. Em 2003, porém, a receita prevista é de R\$ 280 milhões. A diferença se deve ao fato de grande parte da receita esperada decorrer de privatizações e de parcelas da compra das concessões que estão sendo amortizadas. Em três anos, os recursos do fundo, porém, estarão limitados ao 1% que incidirá sobre o faturamento global das empresas.

Segundo o parecer do senador Lúcio Alcântara na CAE, o fundo poderia ter arrecadado R\$ 760 milhões em 2000. Em 2003, porém, a receita prevista é de R\$ 280 milhões. A diferença se deve ao fato de grande parte da receita esperada decorrer de privatizações e de parcelas da compra das concessões que estão sendo amortizadas. Em três anos, os recursos do fundo, porém, estarão limitados ao 1% que incidirá sobre o faturamento global das empresas.

## Comissão quer maior rigor na exploração de bingos

A comissão mista do Congresso Nacional constituída para apreciar a medida provisória que institui a taxa de autorização para funcionamento dos bingos deverá propor em seu relatório final, a ser apresentado em meados de abril, a proibição dos chamados “caça-níqueis” em todo o país. A informação é do presidente da comissão, deputado Ronaldo Vasconcelos (PFL-MG), que garantiu, no entanto, que o órgão vai se posicionar pela manutenção dos bingos, desde que haja uma maior fiscalização em todas as empresas que exploram o jogo. Ele disse ainda que há uma tendência muito forte em estadualizar o controle dos bingos, a exemplo do que já ocorre

no Rio de Janeiro.

O deputado fez essas considerações depois de a comissão ouvir em audiência pública os presidentes das loterias do estado do Rio de Janeiro, Daniel Homem de Carvalho, e do Paraná, Ronald Dias Pinto, além dos diretores da Loteria do Estado de Minas Gerais, Mário Márcio de Magalhães, e da Loteria de Santa Catarina, Florindo Testone. Os dirigentes foram unânimes em defender uma maior fiscalização dos bingos.

O presidente da Loterj, Daniel Homem de Carvalho, é de opinião que os estados devem possuir legislação própria, como ocorre no Rio de Janeiro, para credenciar, autorizar o funcionamento e fiscalizar as em-

presas que exploram o jogo. Somente dessa maneira, a seu ver, poderia haver um maior controle dos bingos. O deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) discordou e defendeu que os bingos devem ficar sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Florindo Testone, diretor da Loteria de Santa Catarina, garantiu que não há motivos para se ter medo do jogo de bingo, desde que ele venha a cumprir as suas funções sociais, conforme prevê a legislação.

No país, atualmente, existem cerca de mil empresas credenciadas para explorar o bingo. Somente no estado de São Paulo há 400 estabelecimentos. O rateio do total do dinheiro arrecadado é assim dis-

tribuído: 65% para premiações, 28% para as casas de bingo (administradoras) e 7% para entidades esportivas, clubes e atletas.

Os membros da comissão mista deverão propor a extinção das máquinas caça-níqueis





# Redução do prazo do FPM marca a semana

Principais destaques entre as votações no Plenário do Senado foram projeto de Osmar Dias dobrando prazo para cortes nos repasses do fundo para os municípios e aprovação de empréstimo para urbanizar favelas no Rio de Janeiro

O Plenário do Senado aprovou nesta semana duas operações financeiras, beneficiando a República de Cabo Verde e a prefeitura do Rio de Janeiro, e um projeto de lei ampliando o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidos pelas cidades que perderam população. Nove decretos legislativos outorgando permissão ao funcionamento de emissoras de rádio em todo o país também foram votados.

Acompanhando parecer do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou nesta semana o nome de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Essa comissão realizou ainda uma audiência pública de mais de três horas com o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, para discutir proposta de renegociação da dívida daquela prefeitura com a União, estimada em R\$ 10,50 bilhões.

No dia 22, por 56 votos favoráveis, nenhum contrário e 15 abstenções, o Plenário aprovou projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ampliando de cinco para dez anos o reescalona-



Após aprovação no Plenário do Senado, projeto do FPM vai agora à Câmara

mento da redução dos coeficientes recebidos do FPM pelos municípios que tiveram sua população reduzida. A iniciativa, que ainda será apreciada pela Câmara, determina que, ao invés da aplicação escalonada do redutor financeiro, à taxa acumulada de 20% ao ano, o ajuste seja feito à taxa anual acumulada de dez pontos percentuais.

A operação financeira relativa ao Rio de Janeiro autoriza a prefeitura daquela cidade a contrair empréstimo de até US\$ 180 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar programa conhecido como Favela-Bairro. Em benefício de Cabo Verde, o Senado autorizou a União a realizar as operações financeiras previstas no

Contrato de Reestruturação de Débitos daquela República com o Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões.

No dia 21 de março, a Comissão de Educação aprovou em caráter terminativo projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) assegurando que todas as prestadoras de serviço de televisão por assinatura, qualquer que seja a tecnologia utilizada para a distribuição dos sinais, transmitam a programação da TV Senado e da TV Câmara. Aprovou também requerimento do senador Agnelo Alves (PMDB-RN) para que um grupo de trabalho estude a possibilidade de as universidades públicas cobrarem mensalidades dos alunos que tenham cursado o 1º e o 2º graus em escolas particulares.

Já a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável a projeto da Câmara que estabelece regras para a fabricação de cloro pelo processo de eletrólise. A proposta, que ainda vai à Comissão de Assuntos Sociais, determina que as empresas produtoras adotem normas de proteção ao meio ambiente e aos trabalhadores. A CCJ também alterou projeto que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho. Foi aprovada emenda do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) possibilitando recurso ao servidor público reprovado nas avaliações funcionais.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou relatório da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) à mensagem do Poder Executivo referente a acordo que trata da admissão de títulos e graus universitários nos países que fazem parte do bloco econômico. E a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou substitutivo do deputado Carlos Melles (PFL-MG) ao projeto do Orçamento Geral da União para 2000.

## Jazz é destaque no final de semana da Senado FM

A música latina estará em destaque amanhã no programa *Improviso – Jazz Sem Fronteiras*, que a Rádio Senado FM transmite a partir das 20h. Músicos do porte de Gato Barbieri, Arturo Sandoval e Tito Puente estarão apresentando o que há de melhor no gênero. *Improviso – Jazz Sem Fronteiras* é produzido e apresentado por Flávio de Mattos e Vinícius Becker. A Senado FM também leva ao ar domingo, no mesmo horário, o programa *Jazz e Tal*, produzido pela Confraria do Jazz.

A influência da música latina sobre os compositores e instrumentistas ame-

ricanos também será destaque no programa, que irá mostrar participações de Roy Hargrove, David Sanchez e uma interpretação muito especial de Nat King Cole. Marcarão presença no programa alguns dos integrantes do Buena Vista Social Club, de Havana (Cuba), como Rubén Gonzalez, Ibrahim Ferrer e Compay Segundo.

A cada sábado *Improviso* abre espaço para que se possa conhecer melhor determinado músico. O escolhido hoje é o mexicano Carlos Santana, ganhador de oito prêmios Grammy em 1999, inclusive o de melhor disco.

## Programa mostra música portuguesa contemporânea

A Rádio Senado apresenta neste fim de semana o primeiro programa da série *Música Portuguesa Contemporânea*, de oito episódios. A série pretende mostrar a música popular urbana de Portugal, com influência da África e de Cabo Verde. A série mostrará a música de Sara

Tavares, Carlos Martins e Orquestra Sons da Lusofonia, João Gil e a Ala dos Namorados e Dany Silva, entre outros. O programa, que tem apresentação de Dinho Vilela e direção de Sílvio Hauagen, vai ao ar amanhã às 9h e 19h, com reprise no domingo às 8h30 e 16h.

## Paulo Autran lê *O Pequeno Príncipe* para ouvintes

A versão sonora do clássico *O Pequeno Príncipe*, na voz do ator Paulo Autran, é a próxima atração do programa *Autores e Livros* da Rádio Senado. A obra de Antoine de Saint-Exupéry será apresentada em duas partes, a primeira amanhã, às 10h30, com representa-

ção no domingo, às 19h30. Nos dias 1º e 2 de abril, vai ao ar a segunda parte do programa.

O *Autores e Livros* é apresentado pela professora Margarida Patriota. O programa pode ser acompanhado também pela Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)).

## Congresso vai analisar MP que fixa o salário mínimo em R\$ 151

A Comissão Mista do Congresso deverá começar a examinar nos próximos dias a medida provisória que fixa em R\$ 151 o valor do salário mínimo, que entra em vigor em abril. A medida foi anunciada ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles.

O governo aplicou sobre o piso de R\$ 136 um reajuste de 11,03%, resultando em um aumento de 5,08% acima do INPC. De acordo com o governo, o reajuste concedido foi o

máximo possível, tendo em vista a vinculação dos benefícios da Previdência Social ao salário mínimo.

– A cada R\$ 1 de aumento que for concedido acima de R\$ 143,70 corresponderá uma despesa adicional, em 12 meses, para o governo, de cerca de R\$ 200 milhões, sendo 75% à conta do INSS – assinala a exposição de motivos que acompanha o texto da MP, frisando também os impactos que um reajuste maior teria sobre as finanças de

estados e municípios.

O governo enviou ao Congresso projeto de lei complementar que permite aos estados e ao Distrito Federal instituir um salário mínimo maior para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. O governadores não poderão fixar mínimos diferenciados em anos de eleições estaduais. O projeto vai tramitar em regime de urgência.

## Diretor-geral do Senado participa de congresso nacional de administração municipal

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, representando a Casa, proferiu palestra ontem durante o Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal – Governar 2000, que está sendo realizado em Florianópolis (SC). Agaciel falou para uma platéia composta por prefeitos e vereadores sobre as iniciativas que o Senado vem empreendendo de interesse dos municípios.

O destaque da palestra foi a exposição sobre as providências que estão sendo adotadas para que a TV Senado passe a transmitir seus programas para todo o território nacional pelo sinal UHF. O projeto, denominado TV Senado na sua Cidade,

ganhou o interesse dos prefeitos e vereadores.

Além desse tema, os cerca de 2.000 participantes do encontro também debateram com Agaciel o conteúdo do Manual de Obtenção de Recursos Federais para Municípios, produzido por especialistas do Senado na área de orçamento. A criação da Universidade do Legislativo também foi assunto da palestra.

O Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal – Governar 2000, que termina hoje, foi organizado pela Federação Catarinense de Municípios, tem o patrocínio de entidades públicas e conta com a presença de autoridades



Agaciel explicou como a TV Senado se prepara para transmitir para todo o país

públicas representando os governos federal, estaduais e municipais.



Jonas denunciou a cobrança de taxas que encarecem muito os custos dos produtores

## Jonas: governo de MT está inviabilizando a agropecuária

O governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, está agindo na contramão do consenso nacional em torno da necessidade de reduzir os tributos que incidem sobre a produção, afirmou ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). De acordo com o senador, Dante conseguiu da Assembléia Legislativa a aprovação de projeto que estabelece cobrança de contribuição estadual sobre trânsito de gado e compra de combustíveis. A decisão, conforme Jonas Pinheiro, também se opõe ao esforço federal de recuperação da renda do setor agrícola e praticamente inviabiliza o setor agropecuário em Mato Grosso:

— Hoje, quem transita com gado em Mato Grosso tem que contribuir com R\$ 3,41 por boi. O produtor de soja, ao vender o produto, perde R\$ 2,81 por tonelada. Mais ainda: os agropecuaristas passaram a pagar também outro imposto sobre combustíveis, quatro centavos por litro — informou o senador.

A nova taxa, que representa 10% do custo de produção do álcool, trará, de acordo com o senador, desvantagens para o produtor do estado na competição com o setor sucro-alcooleiro de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, cujos produtores poderão vender o produto em Mato Grosso a preços mais baixos.

As taxas destinam-se a um fundo de transporte e habitação, explicou o senador, que concorda que é necessário recuperar estradas e construir novas moradias, “mas com outras fontes de receita”.

Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte, considerou que a perda de renda da agricultura é visível nas máquinas sucateadas e nos armazéns e currais deteriorados, apesar do aumento da produção. Ramez Tebet (PMDB-MS) revelou que Mato Grosso do Sul também aprovou taxas semelhantes às cobradas por Mato Grosso, e os produtores “infelizmente não conseguiram obter liminar contra os tributos”, informou.

Carlos Bezerra (PMDB-MT) anunciou que seu partido entrará com ação no Supremo Tribunal Federal (STF). “O Supremo tem que resolver logo a questão, pois as taxas aumentaram em R\$ 12,00 o custo da agricultura por hectare e vão liquidar com o programa do álcool em Mato Grosso”, afirmou.

# Marina pede mais verbas para programas sociais

Senadora do PT relata encontro dos integrantes da Comissão para o Combate à Pobreza com o presidente Fernando Henrique

Ao relatar o encontro de ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso com os integrantes da Comissão para o Combate à Pobreza, inclusive ela mesma, a senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou sua estranheza diante da tese defendida pelo presidente de que o problema da pobreza no Brasil não é de dinheiro para as iniciativas sociais, mas da falta de eficiência desses programas.

Para Marina, é inadmissível que uma explicação como essa seja dada por um presidente que já está no governo há cinco anos. “Quando existe vontade política, se encontram técnicas eficientes para resolver o problema. Quando se trata de salvar banqueiro falido ou de manter sólidas as estruturas do sistema financeiro, o governo sabe ser eficiente. Já é tempo de entender que, quando há decisão política, existe técnica para implementá-la.”

A senadora afirmou que o problema da pobreza no Brasil é de dinheiro, sim. “Uma dotação de R\$ 4 bilhões para o Fundo de Combate à Pobreza não será suficiente, quando



Marina diz que resolver o problema da miséria é apenas questão de vontade política

sabemos haver 70 milhões de brasileiros que não ganham o suficiente para viver. A comissão do Senado apresentou propostas definindo um limite para a pobreza, abaixo do qual a complementação seria dada como direito de cidadania e não como caridade.”

Marina defendeu, ainda, a aprovação de uma emenda apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para a utilização de 70% desta dotação de R\$ 4 bilhões do fundo para erradicação do trabalho infantil. “Propostas no Senado para destinar mais dinheiro para o social há

muitas, como a do senador Pedro Simon, de destinar 6%, dos R\$ 40 bilhões que serão liberados pela DRU, para o fundo. Se há ineficiência na gestão dos programas sociais do governo, esses problemas têm nome, endereço e telefone.”

Ela admitiu que a responsabilidade de erradicar a pobreza não é somente do governo, mas de toda a sociedade. “Mas é primordialmente do governo. A sociedade, para ser parceira, precisa de políticas claras e bem definidas. Como diz d. Mauro Morelli, nos 500 anos do Brasil o governo sempre trabalhou pelos que têm, pelos que podem e pelos que sabem. Vamos criar uma nova química nos programas do governo”, concluiu Marina.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) comparou o que o governo destinará, no ano 2000, para o serviço das dívidas externa e interna, com os R\$ 4 bilhões que destinará ao Fundo de Combate à Pobreza. “Isso equivalerá a dar R\$ 4, ao mês, a cada pobre do Brasil. Pode ser uma luta inglória, mas vou continuar lutando pelos que nada possuem.”

## Simon sugere que governo reserve 10% da DRU para combate à pobreza

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que aproveitasse o encontro com a comissão mista do Congresso que decidiu sobre a criação do Fundo de Combate à Pobreza para destinar mais recursos da União para esse fim. Ele pediu que o presidente reserve 10% da arrecadação da recém-criada Desvinculação de Receitas da União (DRU) para compor o fundo.

A comissão mista, informou Simon, foi representada por seu presidente, pela vice-presidente e pelo relator, respectivamente senador Maguito Vilela (PMDB-GO), senadora Marina Silva (PT-AC) e deputado Roberto Brant (PFL-MG). Eles estiveram reunidos com o pre-



Simon disse que criação do fundo é um avanço, mas valores prometidos são muito pequenos

sidente da República na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, para debater a composição do fundo.

Simon afirmou que considera um

avanço a criação do fundo, mas disse estar decepcionado com os valores inicialmente reservados para ele. Nesse sentido ele pediu o apoio dos senadores, em especial do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para tentar convencer Fernando Henrique a elevar as receitas do fundo.

Também o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu prioridade para o Fundo de Combate à Pobreza. Em sua opinião, da reunião realizada por Fernando Henrique e pelos líderes políticos, também ontem, para decidir sobre o valor do novo salário mínimo, deveria constar um programa de renda mínima e novas formas de combate à miséria no país.



Heloísa Helena obteve auditoria do TCU através da aprovação de requerimento em Plenário

## TCU vai fazer auditoria no refinanciamento da dívida de AL

As condições em que foi feito o refinanciamento da dívida de Alagoas com a União serão objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), aprovado pelo Plenário. Segundo ela, a dívida é “imoral e juridicamente insustentável” porque decorrente de ilegalidades fiscais e financeiras, como a emissão de títulos com base em precatórios:

— No caso de Alagoas, o escândalo dos precatórios incluiu a grosseira, óbvia e incontestável falsificação da assinatura de um ex-governador de estado — disse Heloísa Helena.

Na requerimento, a senadora faz um histórico das tentativas de refinanciamento — a primeira delas ocorrida em 1987. Nova rodada de negociações teve lugar em 1989. Como nada se resolveu, uma segunda rolagem da dívida foi autorizada por lei em 1993, seguida de outro reescalonamento, em 1995, alcançando a soma de R\$ 33,4 bilhões.

De acordo com Heloísa Helena, controlada a inflação e consolidadas as dívidas, refinanciadas com prazo de 30 anos, a juros de 7,5% ao ano mais correção pelo IGPI, esperava-se que os débitos dos estados fossem diminuir. O que se verificou, no entanto, é que, entre outubro de 1995 e outubro de 1999, o estoque da dívida aumentou pelo menos quatro vezes:

— É uma aritmética financeira que, se por um lado explica o estado falimentar de boa parte dos estados, por outro torna claro que a multiplicação do passivo não é produto da inflação, mas, ao contrário, da estabilidade financeira, o que para mim parece um contra-senso — disse Heloísa Helena. O que está acontecendo com a dívida dos estados é “insondável mistério”, no entender da senadora, que pediu uma investigação na “caixa-preta” do Banco Central.

O mais grave, de acordo com Heloísa Helena, é que os percentuais da receita exigidos como pagamento da dívida pelo governo federal são muito altos, impedindo que os estados — especialmente Alagoas — cumpram com o acordo de refinanciamento sem deixar a descoberto áreas fundamentais como a saúde, a educação e a segurança.

## Amorim critica países ricos por desperdiçar recursos naturais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) condenou o comportamento dos países europeus e dos Estados Unidos em relação ao consumo dos recursos naturais existentes no planeta. Segundo o senador, 20% da população mundial consomem 80% dos recursos e os americanos, que correspondem a 4% dos habitantes da Terra, consomem 30% dos recursos existentes.

Amorim alertou para o “Protocolo de Quito”, proposta que está sendo es-

tudada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e que sugere o reflorestamento do Brasil para absorção do monóxido de carbono emitido por países do Primeiro Mundo sem cobrar nenhuma taxa para isso. “Não podemos aceitar a idéia de virar o absorvente do mundo”, disse.

Para o senador, se esta proposta for aceita o crescimento agrícola sofrerá retrocesso, pois o espaço destinado à agricultura estará comprometido com

Amorim: 20% da população consomem 80% dos recursos



o reflorestamento:

— Vamos transformar nosso país em grandes “guetos” nas periferias urbanas, com programas de alimentação da pobreza, cercados de verde e florestas, para absorver o carbono que o Primeiro Mundo emite — criticou Amorim.

## TV Senado mostra show de cantor e percussionista

A TV Senado apresenta neste fim de semana o show do cantor e percussionista Papete, gravado no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís, Maranhão. O programa vai ao ar amanhã e domingo, sempre às 21h30. Também amanhã e domingo será apresentado no programa *Espaço Cultural*, às 14h30, um recital de trombone e piano, gravado durante o Curso Internacional da Escola de Música de Brasília.

## Série de programas debate questões do cinema brasileiro

Os cineastas brasileiros e a produção de documentários no Brasil são o tema da série de programas que a TV Senado estreia neste fim de semana. No primeiro programa, que vai ao ar amanhã e domingo, às 9h e às 19 horas, o professor e cineasta Paulo Allegrini discute as dificuldades de financiamento para a produção, a tradição da crítica na história do cinema e o papel da imprensa no renascimento do cinema brasileiro.



No final de semana seguinte, o programa debate as mudanças na Lei Rouanet de incentivo à produção de documentários. Nos dias 8 e 9 de abril, o tema será a volta da Lei do Curta, que obriga a exibição de curtas-metragens nas salas de cinema. A TV Senado segue exibindo outras entrevistas com cineastas e realizadores do cinema nacional, todos os sábados e domingos, sempre às 9h e às 19 horas.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

1h — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Genoma — 2ª parte  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Alagoas  
3h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h25 — *Senado em Pauta*  
4h30 — *Unip*: Genoma — 2ª parte  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
5h30 — *Cores do Brasil*: Bahia Turismo  
5h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Unip*: Genoma — 2ª parte  
6h30 — *Cidadania*: O senador Moacir Cavalcanti e o reitor da Universidade Católica de Brasília, Guy Capdeville, falam sobre o ensino superior  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Sessão Plenária* (vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)  
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática  
19h — *Cores do Brasil*: Folders do Maranhão  
19h30 — *Cidadania*: O senador Lauro Campos e o deputado Delfim Netto falam sobre o pensamento de Karl Marx  
20h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta/Marcada*: O dr. Antônio Ruffino Neto fala sobre tuberculose  
22h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: "Camaleão", com Betty Faira  
0h — *Especial*: A Guerra do Contestado

#### SÁBADO — PREVISÃO

1h — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Projeto genoma — 3ª parte  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
3h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre a rolagem da dívida de São Paulo  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Projeto Genoma — 3ª parte  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Betim  
5h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
6h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Cores do Brasil*: Pirenópolis

6h30 — *Debate*: O senador Moacir Cavalcanti e o reitor da Universidade Católica de Brasília, Guy Capdeville, falam sobre o ensino superior  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: O senador Álvaro Dias fala sobre o estímulo à microempresa  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Brasília  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *ABD no Ar*: Revistas de Cinema  
9h55 — *Senado em Pauta*  
9h30 — *Consulta/Marcada*: O dr. Antônio Ruffino Neto fala sobre tuberculose  
10h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico  
11h55 — *Senado em Pauta*  
12h00 — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Pernambuco  
13h30 — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil  
14h30 — *Espaço Cultural*: Recital de Trombone e Piano  
15h30 — *Cores do Brasil*: Interior do Amazonas  
15h55 — *Senado em Pauta*  
16h — *Entrevista*: O ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, fala sobre a transposição de águas do rio São Francisco  
16h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Marabá  
18h30 — *Entrevista*: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: Revistas de Cinema  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Cidadania*: O senador Lauro Campos e o deputado Delfim Netto falam sobre o pensamento de Karl Marx  
20h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000  
20h55 — *Senado em Pauta*  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show do cantor e compositor Papete  
22h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Espaço Cultural*: Recital de Trombone e Piano

#### DOMINGO

0h55 — *Senado em Pauta*  
1h — *Cidadania*: O senador Moacir Cavalcanti e o reitor da Universidade Católica de Brasília, Guy Capdeville, falam sobre o ensino superior  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Futuro da cirurgia cardíaca  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Folders do Maranhão  
3h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre a proposta orçamentária 2000  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Futuro da cirurgia cardíaca

4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Marabá  
5h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
6h25 — *Senado em Pauta*  
6h30 — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil  
7h30 — *Entrevista*: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Brasília  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *ABD no Ar*: Revistas de Cinema  
9h30 — *Consulta/Marcada*: O dr. Antônio Ruffino Neto fala sobre tuberculose  
10h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico  
12h — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: O ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, fala sobre a transposição de águas do rio São Francisco  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus  
13h30 — *Debate*: O senador Roberto Saturnino e Walkiria Barbosa, diretora do FestRio, falam sobre a globalização e audiovisual  
14h25 — *Senado em Pauta*  
14h30 — *Espaço Cultural*: Recital de Trombone e Piano  
15h25 — *Senado em Pauta*  
15h30 — *Cores do Brasil*: Goiás Velho  
16h — *Entrevista*: O senador Álvaro Dias fala sobre o estímulo à microempresa  
16h30 — *Especial*: Abrolhos — 5º episódio  
17h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
17h55 — *Senado em Pauta*  
18h — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
18h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre a rolagem da dívida de São Paulo  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: Revistas de Cinema  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Cidadania*: O senador Lauro Campos e o deputado Delfim Netto falam sobre o pensamento de Karl Marx  
20h30 — *Entrevista*: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show do cantor e compositor Papete  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — *Sessão Plenária do Senado* (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

# Dutra critica teto duplo para servidor

Possibilidade de acumulação de salário e aposentadoria é um absurdo, afirma senador

A possibilidade de acumulação de salários e aposentadorias na composição do teto salarial do funcionalismo público foi criticada ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O parlamentar afirmou ter lido nos jornais que o deputado Vicente Arruda (PSDB-CE) apresentará essa proposta à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que estuda a definição do teto salarial.



José Eduardo Dutra propõe discutir o conceito de aposentadoria

Para Dutra, "não se pode ser cúmplice desse absurdo que é o chamado 'teto duplo', que cria a possibilidade de acumular uma aposentadoria com o vencimento regular". Ele alertou que a proposta do deputado, veiculada pela imprensa, vai além: permite a incorporação de mais de uma aposentadoria, até que seja atingido o limite de R\$ 11,5 mil.

Dutra disse que é chegada a hora de discutir o próprio conceito de aposentadoria. Para ele, o salário de um parlamentar somado à sua aposentadoria não pode se sobrepor ao teto. Ele defendeu que o ocupante de cargo eletivo tenha a aposentadoria sus-

tenha uma remuneração digna, pois, do contrário, se tornarão todos representantes de corporações.

Vários senadores fizeram apertes ao discurso do representante de Sergipe no Senado. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lembrou que o teto é 87 vezes maior que o salário mínimo. Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a necessidade de se discutir o assunto "sem farisaísmo", já que é importante que o parlamentar

tenha uma remuneração digna, pois, do contrário, se tornarão todos representantes de corporações.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), mostrou sua preocupação com a coincidência salarial para juízes iniciantes e juízes com anos de carreira, decorrente da ampliação do teto salarial sem um maior escalonamento por tempo de serviço. Já a senadora Heloisa Helena (PT-AL) se disse contrariada com a discussão de um salário mínimo tão baixo e lembrou que, de acordo com o disposto na Constituição federal, o valor deveria ser de R\$ 946,00. Já o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) defendeu um teto único para todo o funcionalismo público.

## Mínimo regional provocará êxodo dos estados pobres, adverte Tebet

A possibilidade do salário mínimo ser regionalizado no Brasil foi criticada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos líderes dos partidos que dão sustentação ao governo para que não aprove a sugestão. Ele disse que a medida poderá ampliar as desigualdades regionais no país e provocar o êxodo dos trabalhadores dos estados mais pobres para os estados mais ricos da Federação.



Ramez Tebet teme ampliação das desigualdades regionais

— Um salário diferenciado para as regiões significa aumentar o fosso, a distância entre os pobres e os ricos. Será fazer com que haja um êxodo de pessoas dos estados pobres para os estados ricos, o que implicará um inchaço dos grandes estados e das maiores cidades. Temos que estipular um salário mínimo que não discrimine ninguém, que seja igual para os trabalhadores de todas as regiões — opinou Ramez Tebet.

O senador comentou que o Brasil

não teve uma boa experiência no período em que cada região tinha seu salário mínimo. Ele criticou a ideia de que seja estabelecido um piso nacional com a possibilidade de cada estado acrescentar um valor de acordo com sua capacidade. "Seria condenar o aposentado e o inativo a uma injustiça cada vez maior, fixando os seus vencimentos num patamar menor do que os trabalhadores da ativa", comentou.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que o governo divulga sempre que cada real concedido de aumento para o salário mínimo implica um rombo na Previdência, mas esconde que uma diminuição de 1% na taxa Selic (utilizada para a rolagem da dívida) "seria suficiente para pagar um salário menos vil aos trabalhadores". Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) salientou que regionalizar o salário mínimo é instituir cidadãos de primeira, segunda e terceira classes.

# Mauro destaca importância da Campanha da Fraternidade

Senador chama atenção para o problema da exclusão social, “uma porta pela qual a paz escapa e a violência entra na vida de todos”

O quadro de brutal exclusão social vivido atualmente pela sociedade brasileira põe em evidência a importância da Campanha da Fraternidade, na opinião do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que discursou ontem sobre o tema. Com o lema “Novo Milênio sem Exclusões”, a edição deste ano é a primeira de caráter ecumênico, reunindo várias igrejas cristãs sob a liderança da Igreja Católica, responsável pela campanha.

— Essa jornada constitui um grito de esperança no sentido de que o terceiro milênio da era cristã possa assistir ao reconhecimento definitivo e concreto da dignidade intrínseca a cada ser humano, sem qualquer exceção. A exclusão é uma porta pela qual a paz escapa e pela qual a violência entra na vida de todos — disse o senador.



Mauro Miranda: solidariedade à proposta de “um novo milênio com teto para todos e todas”

Mauro Miranda citou trechos dos documentos da campanha, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e de estatísticas oficiais para mostrar a gravidade dos proble-

mas causados pela concentração de renda. “Um número crescente de pessoas vive hoje nas ruas, especialmente nas grandes cidades. Como ocorre com a exploração do trabalho e com a prostituição, as crianças constituem parcela ponderável dessa população abandonada”, diz o texto da campanha.

No documento, afirma-se que o número dos sem-teto vivendo nas calçadas, praças e viadutos na região metropolitana do Rio de Janeiro aumentou cerca de 400% entre 1991 e 1997.

— Só posso solidarizar-me com o brado da Campanha da Fraternidade, que defende um novo milênio com teto para todos e todas. Afinal, lá no começo do primeiro milênio também foi assim: um casal pobre, Maria e José, sem teto, em busca de um lugar para abrigar o menino que nascia — disse Mauro.

## Situação dos professores é “dramática”, alerta Emilia

Ao registrar que os professores do estado estão em greve há 21 dias, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) defendeu ontem a instalação de um fórum permanente de diálogo e negociação entre os profissionais do magistério e o governo do Rio Grande do Sul. Ela afirmou que, mais do que conquistas salariais emergenciais, espera que a paralisação resulte na construção de um novo patamar de relações entre o poder público e a categoria dos profissionais da educação.

A pauta do movimento grevista do magistério gaúcho inclui, segundo a senadora Emilia Fernandes, a melhoria nas condições salariais da categoria, “historicamente penalizada com as sucessivas políticas de arrocho salarial impostas pelos governos anteriores”. Ela informou que o salário básico de um

professor no Rio Grande do Sul é de R\$ 129,10.

— A situação dos professores, não apenas no Rio Grande do Sul, é dramática, tanto do ponto de vista da sobrevivência econômica, quanto de sua situação profissional. Com os atuais salários, os professores de todo o país enfrentam sérias dificuldades para manter suas famílias com dignidade — alertou.

Por outro lado, a senadora registrou que o seu estado tem um governo democrático, constituído por forças populares, onde a educação é prioridade e a greve é reconhecida como legítimo instrumento de luta dos trabalhadores. Ela testemunhou que as negociações com o magistério estão ocorrendo de forma democrática e



Emilia Fernandes defende fórum permanente de negociação entre o magistério e o governo gaúcho

respeitosa, “diferente de situações anteriores”.

Emilia Fernandes cobrou uma política federal eficiente de valorização dos professores. Para ela, o Fundo de Valorização do Magistério (Fundef) até agora não proporcionou os resultados esperados, e cada vez mais a União repassa responsabilidades sociais para os estados e municípios, sem oferecer os recursos correspondentes.

## Francelino exalta livro sobre a mãe de Glauber

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) requereu à Mesa um voto de congratulações ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pela publicação do livro *Lúcia, A Mãe de Glauber*, “fonte que pode nos ajudar a entender um pouco das origens e a realidade do trilhar do cinema do Brasil”. O requerimento foi aprovado pelo Plenário.



Francelino requereu e o Plenário aprovou congratulações a Arruda

Dedicado à memória de Glauber Ro-

do. Um mês depois, acrescentou o se-

nador, reencontrou-a no Grande Prêmio Cinema Brasil, em Petrópolis. “Em todos os pontos de encontro do cinema brasileiro, dona Lúcia é presença certa”, registrou.

O livro, para Francelino, “é um pedaço do retrato sincero das dificuldades que se antepõem no caminho de quem ousa fazer cinema no país”. Dificuldades ainda enfrentadas por Lúcia Rocha, que, como revelou Arruda, “aos 80 anos de idade, continua trabalhando, das 8h às 18h, no Templo de Glauber, espaço cultural criado no Rio de Janeiro para preservar a memória do cineasta”.

## Suassuna protesta contra a violência no país

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou, no Plenário, contra a violência crescente no país, particularmente no Rio de Janeiro, onde sua família já foi atingida por quatro vezes. Para o senador, “é difícil encontrar um brasileiro que ainda não tenha sido vítima da violência”. Recentemente, segundo contou, sua mulher e filho foram assaltados no Rio e tiveram seu automóvel baleado várias vezes. “Nada aconteceu porque o veículo era blindado, mas nem todos podem ter um veículo desse tipo”, comentou.

Suassuna relatou ainda tragédias vividas por ele e sua família em outras ocasiões, devido à violência no Rio.

— Minha primeira mulher morreu baleada durante um assalto em que eu tive o braço quebrado à bala. Em mais duas ocasiões, minha família foi assaltada. É difícil permanecer tranquilo diante de tanta violência, por isso tenho trabalhado para aprovar os projetos de lei que tramitam no Congresso exigindo o desarmamento da população — disse.



Ney Suassuna relatou quatro casos de violência que atingiram sua família

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que, diante da gravidade da situação, irá contactar o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, para pedir proteção policial para Suassuna e sua família. “Sei que não é possível proteger todos, mas é meu dever tomar providências para defender os senadores”, disse Antonio Carlos.

## Desenvolvimento deve beneficiar toda Humanidade, afirma Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que o ano 2000 representa uma excelente oportunidade para se iniciar um projeto de desenvolvimento que venha a beneficiar a Humanidade inteira e não somente pequena parcela dela, “como fizeram os avanços tecnológicos que marcaram o século XX”.

— O que se pretende é construir uma sociedade de homens livres, como foi sintetizado no comunismo de Karl Marx. A liberdade de expressão, de crítica e de participação política representa um princípio básico e não descartável. Ao construir essa sociedade nova, os homens cometerão erros e precisarão de liberdade para avaliar as experiências e corrigir os rumos equivocados — enfatizou.

Ele admitiu que o maior fracasso do século XX foi a tentativa de manter o capital sob controle. “Agora, isso já não basta: é preciso impedir que pessoas, por deterem a propriedade de bens de produção, limitem outras em seu direito de trabalhar. É preciso substituir a competição pela cooperação, e o primeiro passo será estatizar as empresas monopolistas, especialmente as do setor financeiro. Ao contrário do que se fez na União Soviética, é preciso garantir a participação dos trabalhadores na gestão das empresas.”

Cândido admitiu que tal cenário pode parecer impossível. “Mas não é. Há exemplos até no Brasil, onde comunidades superaram suas dificuldades através da cooperação e de autogover-



Geraldo Cândido: “O que se pretende é construir uma sociedade de homens livres”

no e de empresas que foram salvas da falência pelos trabalhadores que as assumiram por meio da autogestão. A Internet, um espaço sem proprietários, sem leis nem governo, mostra grupos de milhares de pessoas que cooperam e desenvolvem projetos de distribuição gratuita.”

Falando sobre a realidade atual do Brasil, Geraldo Cândido afirmou que idéias como o Fundo de Combate à Pobreza e o aumento do salário mínimo para US\$ 100 não irão resolver o problema. “Tudo começa com o crescimento econômico, que pode gerar empregos e conseguir melhores condições de saúde, educação e segurança para a população. Então poderemos pensar em melhores condições de emprego para os trabalhadores e sua participação nos lucros das empresas”, concluiu.